

A SAÚDE DO DF

20 MAR 2003

TRIBUNA DO BRASIL

vai ter que esperar

ERRO NA TRAMITAÇÃO ATRASA APROVAÇÃO DO PROJETO DO GDF QUE VISA CONTORNAR A CRISE NO SISTEMA MÉDICO-HOSPITALAR. AGORA, A PROPOSTA SÓ DEVE SER VOTADA NA SEMANA QUE VEM

Ângela Oliveira

Um erro na distribuição do projeto de lei do Executivo que trata do Plano Emergencial de Saúde, enviado à Câmara Legislativa há duas semanas, está atrasando a tramitação da matéria. Em vez de ser apreciado inicialmente pela Comissão de Educação e Saúde (CES), que trata especificamente do assunto, como prevê o regimento interno da Casa, o projeto passou primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Além disso, a matéria tem que passar ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que não havia sido incluída por ocasião da distribuição.

Com o atropelo, o projeto, que já havia passado pela CCJ, CES e de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), deverá retornar a essas comissões já que sofreu emendas na tramitação anterior, afirmou ontem o deputado Chico Vigilante, do PT. Desse modo, ele avalia que o projeto, mesmo tramitando em regime de urgência urgentíssima, só deverá ser votado em plenário na próxima semana.

Ontem, a CAS tentou votar o Plano a toque de caixa, mas como o presidente da Comissão, deputado Jorge Cahuy (PFL), não havia preparado o seu relatório com as emendas recebidas na CES, a reunião foi suspensa, e remarcada para hoje, às 10 horas.

Na CES, a matéria já havia sido aprovada, mas, após muita discussão, os membros da Comissão decidiram suprimir o item que trata da criação de

gratificação temporária para os funiconários de carreira da Secretaria de Saúde, que atuem diretamente com procedimentos médicos.

A polêmica que envolvia a parte suprimida, o parágrafo único, do artigo 1º, que trata da criação da ratificação temporária, só foi dirimida depois que a presidente da Comissão, Arlete sampaio (PT), e a vice, Eurides

Brito (PMDB), entraram em contato com o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino para tentar convencê-lo de que o item não estava claro, deixando dúvidas sobre como seria aplicado.

Tanto Izalci Lucas, do PFL, quanto a petista Arlete Sampaio, presidente da Comissão, que avocou para si a relatoria da matéria, concordavam que o item deveria ser retirado do projeto.

Depois de muita conversa por telefone, entre membros da Comissão e Bernardino, ficou acertado a supressão do item.

A argumentação usada pela deputada Arlete para retirar o item do projeto, ao falr com Bernardino, foi que não havia clareza no texto. "Não dá para criar uma gratificação temporária sem definir quais serão os procedimentos que ela envol-

verá", afirmou Sampaio.

Ela ressalta que em legislação nenhuma existe essa figura de ratificação temporária. Depois da discussão do assunto com o secretário, ficou acertado que a gratificação será tratada por ocasião da reulamentação da lei, que de acordo com uma emenda da deputada Eurides, acontecerá no prazo de 30 dias após a publicação.



O projeto deveria ter sido apreciado inicialmente pela Comissão de Saúde, mas foi parar na CCJ